

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Estado do conhecimento sobre educação não formal e educação popular: críticas ao neoliberalismo na educação

Victor Julierme Santos da Conceição, Kamylla Raulino da Silva Kremer

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17687>

Submetido em: 2026-08-27

Postado em: 2026-08-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E EDUCAÇÃO POPULAR: CRÍTICAS AO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

KAMYLLA RAULINO DA SILVA KREMER¹
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9001-1883>
<supervisorakamylla.hmz@gmail.com>

VICTOR JULIERME SANTOS DA CONCEIÇÃO²
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4026-1040>
<victorjulierme@gmail.com>

1 Supervisora Educacional da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil. Doutoranda no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil. Professor do

Resumo:

No texto de uma sociedade que enfrenta desafios complexos e dinâmicos a educação não formal, que transcende as fronteiras da educação formal, superando a fragmentação do conteúdo e gerando ampliação das capacidades criativas dos estudantes, ganha força e destaque nacional. Este artigo objetiva apresentar a produção do conhecimento em periódicos científicos, dissertações e teses sobre a educação não formal e educação popular num contexto marcado pelo avanço das políticas neoliberais na educação pública brasileira. O estudo possibilitou olhar para produções científicas desenvolvidas entre os anos de 2014 a 2025, da grande área da Educação. Foram selecionadas 17 dissertações, 14 teses e 16 artigos dos Periódicos CAPES. As pesquisas analisadas permitem compreender que o neoliberalismo tem aprofundado a precarização da educação pública por meio da privatização e ampliação das parcerias público-privadas. Em contraposição, a educação não formal e popular se destaca como espaço plural de resistência. Dado exposto, sugere-se novos estudos de campo para compreender o processo formativo e prática educativa em espaços de educação não formal fomentados pelo poder público.

Palavras-chave: Educação Não Formal; Educação Popular; Privatização na Educação.

STATE OF KNOWLEDGE ON NON-FORMAL EDUCATION AND POPULAR EDUCATION: CRITIQUES OF NEOLIBERALISM IN EDUCATION

Abstract:

In a society facing complex and dynamic challenges, non-formal education—which transcends the boundaries of formal education, overcomes content fragmentation, and

enhances students' creative capacities—has gained strength and national prominence. This article aims to present the production of knowledge in scientific journals, dissertations, and theses on non-formal education and popular education within a context marked by the advancement of neoliberal policies in Brazilian public education. The study examined scientific productions developed between 2014 and 2025 in the field of Education. A total of 17 dissertations, 14 theses, and 16 articles from CAPES journals were selected. The analyzed research reveals that neoliberalism has deepened the precarization of public education through privatization and the expansion of public-private partnerships. In contrast, non-formal and popular education stands out as a plural space of resistance. Given these findings, further field studies are suggested to understand the formative process and educational practice in non-formal education spaces promoted by the public sector.

Keywords: Non-formal Education; Popular Education; Privatización in Education.

ESTADO DEL CONOCIMIENTO SOBRE LA EDUCACIÓN NO FORMAL Y LA EDUCACIÓN POPULAR: CRÍTICAS AL NEOLIBERALISMO EN LA EDUCACIÓN

Resumen:

En una sociedad que enfrenta desafíos complejos y dinámicos, la educación no formal—que trasciende las fronteras de la educación formal, supera la fragmentación del contenido y amplía las capacidades creativas de los estudiantes— cobra fuerza y destaque nacional. Este artículo tiene como objetivo presentar la producción de conocimiento en revistas científicas, disertaciones y tesis sobre educación no formal y educación popular en un contexto marcado por el avance de las políticas neoliberales en la educación pública brasileña. El estudio examinó producciones científicas desarrolladas entre 2014 y 2025 en el área de Educación. Fueron seleccionadas 17 disertaciones, 14 tesis y 16 artículos de las revistas CAPES. Las investigaciones analizadas permiten comprender que el neoliberalismo ha profundizado la precarización de la educación pública mediante la privatización y la expansión de las alianzas público-privadas. En contraposición, la educación no formal y popular se destaca como un espacio plural de resistencia. Ante lo expuesto, se sugieren nuevos estudios de campo para comprender el proceso formativo y la práctica educativa en espacios de educación no formal promovidos por el poder público.

Palabras-clave: Educación no Formal; Educación Popular; Privatization en la Educación.

Introdução

A sociedade contemporânea enfrenta desafios complexos e dinâmicos, portanto é necessário desenvolver novas visões e modos de compor a formação humana das

crianças e adolescentes em processo de escolarização. Partimos do pressuposto de que os diferentes espaços de aprendizagens devem ter como ponto de partida uma formação humana que considere o desenvolvimento das inúmeras potencialidades das crianças e adolescentes, a valorização de seus saberes e a construção da autonomia.

Sendo assim, o objeto de nossa pesquisa envolve a educação não formal e educação popular com críticas ao neoliberalismo permeando a educação pública. Temos como campo investigativo compreender os elementos que embasam o fazer pedagógico dos educadores populares nos projetos de educação não formal do Município de Florianópolis a partir do olhar do educador popular.

Nos apoiaremos nos conceitos de Maria da Glória Gohn que trata sobre a modalidade de educação formal, não formal e informal; Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão com o conceito desenvolvido sobre educação popular.

Gohn (2006) diz que:

educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (Gohn, 2006, p.02).

A educação não formal não deve ser vista como algo que contraria a educação formal, mas como espaço de aprendizagem e coletividade. Portanto, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo e a valorização dos saberes coletivos é importante na formação da identidade do grupo e no desenvolvimento da sua autoestima e valorização.

Nesse contexto da valorização dos saberes coletivos, corroboramos com Freire (1921) e Brandão (1940) que desenvolvem sobre a educação popular. Para Freire (1992):

Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza (Freire, 1992, p.64).

Com isso, compreende-se a educação popular como um processo político e pedagógico libertador, visando a autonomia e cidadania ativa dos sujeitos que participam dela.

Para Brandão (2012, p. 100) “é um trabalho coletivo e organizado do próprio povo, a que o educador é chamado a participar para contribuir, com o aporte de seu conhecimento “a serviço” de um trabalho político que atua especificamente no domínio do conhecimento popular”. Portanto, a educação não formal atuante em um contexto de educação popular transcende as fronteiras da educação formal, superando a estrutura disciplinar, a fragmentação dos saberes e gerando possibilidades de expansão das capacidades criativas dos estudantes.

No entanto, observa-se algumas contradições entre a perspectiva da educação popular por conta dos mecanismos do neoliberalismo que utiliza dessa modalidade para um processo de formação dos sujeitos para a lógica do capital. Sendo assim, ocorre a participação de organismos multilaterais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), entre outros no financiamento de projetos e na construção de políticas públicas educacionais alinhadas ao interesse da agenda internacional.

Nesse sentido, esse artigo busca cumprir o seguinte objetivo: apresentar a produção do conhecimento em periódicos científicos, dissertações e teses sobre a educação não formal e educação popular num contexto marcado pelo avanço das políticas neoliberais na educação pública brasileira compreendendo as aproximações e os distanciamentos das pesquisas com a tese de doutorado em andamento.

Realizar uma busca do nosso objeto nas bases do conhecimento é de suma importância para a pesquisa, pois possibilita ao pesquisador encontrar as congruências e as lacunas da pesquisa. Com isso,

A proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas (Mazzotti, 2012, p. 43).

Dessa forma, o próximo capítulo trará a metodologia da pesquisa com a imersão no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no Portal de Periódicos da CAPES entre os anos de 2014 e 2025 (justifica-se o recorte temporal por ter sido instituída a Lei nº 13.019/2014 do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que rege as parcerias entre a administração pública e as entidades do terceiro setor). Posteriormente buscamos selecionar as pesquisas que possuíam proximidade com o objeto da pesquisa (educação não formal, educação popular, neoliberalismo na educação) e as aproximações dos estudos, dividindo por eixos. Por fim, trazemos as considerações transitórias com as aproximações e os distanciamentos dos estudos encontrados.

A imersão no banco de Teses e Dissertações da CAPES e Portal de Periódicos CAPES nos anos de 2014 a 2025 e os conceitos teóricos metodológicos abordados

Estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (Morosini, 2015,p.102).

Na expectativa de trazer o tema para a discussão da experiência científica, e de contribuir para os estudos que abrangem a educação básica, foi realizado um levantamento para conhecer o que tem sido pesquisado pelas universidades brasileiras, buscando aproximações com nossa área de interesse, a Educação. Realizamos um levantamento no Portal de Teses e Dissertações da CAPES entre os anos de 2014 a 2025 (por esse levantamento ter sido realizado entre o primeiro e o segundo semestre de 2025) e Portal de Periódicos da Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para tomar contato com as pesquisas que foram realizadas, bem como, de refinar o nosso objeto de pesquisa que tem como objetivo compreender os elementos que embasam o fazer pedagógico do educador popular nos projetos de educação não formal no município de Florianópolis/SC a partir do olhar do educador popular. Obtivemos um primeiro ensaio com os descritores separadamente: “Educação não formal”; “Projetos de Educação Neoliberal”, “Políticas de Educação não formal”, “Os educadores populares nos projetos de Educação não formal”, “Organizações da sociedade civil na educação”. A busca pelas teses e dissertações aconteceu por meio do catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES), utilizando o filtro: dissertações e teses, Grande Área: Ciências Humanas, Área de conhecimento: Educação. Em seguida, selecionamos o ano de 2014 até o ano de 2025, teses e dissertações. Obtivemos um total de 572 (quinhentos e setenta e dois) trabalhos realizados no Brasil. O contato com os trabalhos encontrados em cada uma das duas pesquisas se deu, primeiramente, pela leitura de seus títulos, que nos possibilitaram pistas acerca do enfoque das mesmas. As pesquisas que apresentavam no seu título possibilidades de análises acerca da “Educação não formal” e “Educação Popular”, eram selecionadas para leitura dos resumos. Após a constatação que os condicionantes atendiam ao nosso objeto no resumo, procedia-se à leitura integral da pesquisa. Com isso, apenas 33 (trinta e três) teses/dissertações possuíam aproximação da pesquisa, sendo destas 14 teses e 19 dissertações publicadas, a partir dos descritores especificados acima, dessas, 02 (duas) sendo de revisão de literatura que não utilizaremos para nossa análise, pois, nosso enfoque será nas pesquisas de campo, portanto, totalizando assim 31 (trinta e um) teses/dissertações correlatas ao nosso objeto. O acesso foi realizado em 18 de agosto de 2025. Para o Portal de Periódicos da CAPES, utilizamos o filtro de busca: artigo, qualquer campo: “é exato”, acesso aberto, produção nacional, ano 2014 a 2025, revisado por pares, área: Ciências Humanas, idioma: Português. Obtivemos um total de 228 (duzentos e vinte e oito) artigos, realizamos a leitura do resumo e os que se aproximavam do nosso objeto, procedia-se a leitura integral, sendo 27 (vinte e sete) correspondentes ao nosso objeto, destes, 11 (onze) sendo de revisão de literatura, portanto, totalizando assim 16 (dezesesseis) artigos correlatos ao nosso objeto. Destacamos que não encontramos artigos com o descritor “Os educadores populares nos projetos de Educação não formal”. O acesso foi realizado em 28 de agosto de 2025.

Pesquisas que possuem proximidade com o objeto

Procuramos dividir as pesquisas por unidades de significado que se aproximavam com nosso objeto. Com isso, dividimos: Educação não formal e Educação Popular; Neoliberalismo na educação e Educação em Tempo Integral; Essa organização

permitiu analisar as aproximações entre os estudos selecionados e o objeto da pesquisa, identificando os principais debates presentes na produção acadêmica brasileira.

Posteriormente distribuímos os trabalhos por ano, área, região, temática e Instituição de Ensino Superior (IES) vinculados. Para os artigos foi especificado: em que ano foi publicado, quais áreas, conteúdos.

No banco de teses e dissertações, o maior número de produções foi localizado no ano de 2019, com nove pesquisas. Após esse período, houve queda em 2020, possivelmente relacionada ao contexto da pandemia de COVID-19, seguida de novo crescimento em 2021. Nos periódicos, também se observou maior concentração de publicações entre 2018 e 2019, com destaque para o ano de 2019, que apresentou quatro artigos. Entre 2019 e 2022 houve redução pela metade nas publicações, e em 2023 não foram encontrados artigos relacionados aos descritores definidos.

No que se refere às áreas das teses e dissertações, a maior concentração ocorreu na área da Educação, com 23 trabalhos. Também foram identificadas produções em áreas como Educação, Comunidade e Movimentos Sociais; Políticas para a Educação Básica e Superior; Estado, Políticas e Gestão da Educação; Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares; Cultura, Filosofia e História da Educação; e Educação, Estado e Trabalho.

Quanto à distribuição regional, foram encontradas 17 pesquisas na Região Sudeste, 09 na Região Sul, 03 na Região Nordeste e 02 na Região Centro-Oeste. Não foram localizadas pesquisas na Região Norte, o que indica uma lacuna importante na produção científica sobre a temática.

Em relação aos temas das teses e dissertações, o maior número de trabalhos concentrou-se no eixo “Neoliberalismo na educação”, com 19 pesquisas. Em seguida, apareceram “Educação não formal”, com 09 pesquisas; “Educação Popular”, com 02; e “Educação em Tempo Integral”, com 01 pesquisa. Nos periódicos, a maior concentração ocorreu em “Educação não formal”, com 11 artigos, seguida de “Neoliberalismo na educação”, com 05 artigos. Não foram encontrados artigos, dentro dos critérios estabelecidos, sobre “Educação em Tempo Integral” e “Educação Popular”.

Tabela 01 – Síntese do corpus de análise

Base de dados	Resultados iniciais	Selecionados após leitura	Corpus final
Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	572	33	31 teses/ dissertações
Portal de Periódicos CAPES	228	27	16 artigos

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado na CAPES (2026)

Tabela 02 – Unidades de significado identificadas

Unidade de significado	Teses e dissertações	Artigos	Unidade de significado
Educação não formal	09	11	Educação não formal
Neoliberalismo na educação	19	05	Neoliberalismo na educação
Educação Popular	02	00	Educação Popular

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado na CAPES (2026)

Nas próximas seções serão apresentados os estudos que possuem proximidade com as unidades de significado.

A educação popular como estratégia de formação crítica a partir da educação não formal

Os autores Bendrath (2014); Menezes (2015); Meira (2016); Mizael (2017); Toledo (2019); Bari (2021); Couto (2021); Santos (2022); Noronha (2023); Peixoto e Pereira (2014); Castro (2015); Groppo, Goussain e Santos (2016); Machado e Freitas (2018); Almeida e Lima (2019); Accorssi, Schwengber e Bamberg (2019); Bendrath (2020); Barbosa, Garcia Júnior e Freitas (2020); Silva, Vilar da Silva e Bona (2021); Borba, Fernandes, Marinho e Maciel (2021) e Silva e Morila (2022), contribuem para a

unidade de significado “educação não formal”. E as autoras: Castro (2021) e Souza (2022), contribuem para a unidade de significado “educação popular”.

Procuramos agrupar os autores por eixo temático com as principais convergências teóricas. Nesse sentido:

O eixo “Educação não formal, políticas públicas e organismos multilaterais”, encontramos a pesquisa de Bendrath (2014), Almeida e Lima (2019), Bendrath (2020) que compreendem que as políticas públicas educacionais são compostas por diversos atores e tomou como observação a posição de agências internacionais e suas frentes à educação mundial, no qual seguem princípios e metas delimitadas. Destaca que a ausência de mecanismos de controle por parte do governo faz com que a educação não formal seja incentivada por iniciativas que caminham paralelas ao interesse do Estado, tendo os organismos multilaterais como um dos principais responsáveis pela viabilidade financeira. Isso faz com que ocorra a abertura de iniciativas paralelas ao sistema formal de ensino como as associações, Organizações não governamentais (ONGs) e entidades privadas, bem como, o apoio de organismos internacionais como a UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, entre outros. A transferência de responsabilidade estatal e a co-responsabilização com as PPPs podem ser problemáticas, pois, podem enfraquecer o papel estatal na garantia das políticas públicas, sendo vistas como uma “confluência perversa” que auxilia na implantação do ajuste neoliberal.

O eixo “As práticas educativas na educação não formal”, destacamos os autores Menezes (2015), Meira (2016), Noronha (2023), Bari (2021), Peixoto e Pereira (2014), Castro (2015), Accorssi; Schwengber e Bamberg (2019), Silva; Vilar da Silva e Bona (2021), Borba; Fernandes;Marinho e Maciel (2021), que analisam as práticas educativas desenvolvidas por profissionais/educadores populares que atuam em projetos de educação não formal em diversos municípios do Brasil. Para os autores, essas práticas se constituem como emancipatórias, na qual deve fazer parte de uma totalidade de ações educativas. Conforme Afonso (2001), apud Menezes (2015, p. 12) , “por meio da educação não formal ou educação popular, é possível desenvolver um aprendizado para a capacidade reflexiva”.

Para os autores, um grande diferencial da educação não formal é a flexibilidade referente ao tempo e aos espaços em que se constrói o conhecimento. Os autores

consideram que quando a educação não formal ocorre em projetos sociais, em contexto de vulnerabilidade social, ocorre a inclusão social no fortalecimento da riqueza cultural daqueles sujeitos. Outro destaque importante é o papel das associações de bairro como práticas associativas que podem constituir instituições educativas na medida em que promovem uma atividade organizada ou estruturada, com intencionalidade. A educação não formal, embora aconteça fora dos espaços formais, também possui intencionalidade educativa e política e pode acontecer “em uma rua, em um salão de igreja, na sede de um clube, ou de Organização não Governamental, a qualquer hora e momento” (Peixoto e Pereira, p.169). No entanto, também elencam as dificuldades desse trabalho, Accorssi; Schwengber e Bamberg (2019) pontuam que em muitas instituições o trabalho do educador social é realizado de maneira voluntária em ONGs, igrejas, órgãos governamentais, etc, constituindo um fio tênue entre a precariedade das políticas públicas e o papel como profissional reflexivo e agente de transformação na vida dos educandos.

O eixo “A articulação entre educação não formal e a educação formal”, destacamos Toledo (2019), Couto (2021), Santos (2022), Machado e Freitas (2018), Barbosa; Garcia Júnior e Freitas (2020), Silva e Morila (2022), que ressaltam que os espaços de educação não formal como projetos sociais em comunidades com problemas socioeconômicos, podem ser espaços privilegiados para serem desenvolvidos temas transversais em parceria com a escola formal. Toledo (2019) ressalta que a parceria entre os espaços não formais de educação e os espaços formais (principalmente escolares e institucionais) é fundamental, possibilitando que uma complemente a outra e dessa forma seja ampliada as possibilidades educativas. Outra questão importante é que movimentos culturais composto por manifestações como música, poesia, capoeira e outras expressões populares, configura-se como espaço educativo plural para crianças, jovens e adultos. A perspectiva da educação não formal se aproxima da discussão da educação popular quando reconhece práticas educativas para além da escola.

O eixo “O bairro como espaço educativo”, destacamos o autor Mizael (2017), Groppo; Goussain e Santos (2016). Os autores consideram a força do Movimento Negro e do Hip Hop que oferecem uma série de práticas educativas correspondente à cultura popular e ressaltam que a cidade, com suas ruas, praças e outros espaços públicos

possui grande sentido na vida desses atores, que percebem fisicamente e simbolicamente o local no qual estão inseridos e como são vistos pela população.

As autoras Castro (2021) e Souza (2022) tratam da unidade de significado “Educação popular”, com isso, se organizam no eixo “A educação popular como emancipação e transformação social”, as autoras tratam do campo da educação popular para além da educação formal, relacionando-o às práticas de resistência, emancipação e transformação social. Nesse sentido, destacam que a educação, por ser uma prática social, é limitada por obstáculos sociais, políticos, econômicos e ideológicos, que são limites históricos. No entanto, como sujeitos históricos as pessoas são condicionadas, mas não determinadas, ou seja, são capazes de promover mudanças. A educação popular é vista como uma alternativa viável para a reconstrução dos sujeitos populares no século XXI, valorizando o conhecimento dos grupos excluídos e fortalecendo os setores sociais marginalizados. Souza (2022) destaca que por meio de ações como Rede de Agentes Comunitários de Comunicação (o qual a pesquisa foi desenvolvida), a Agência se revela, além de um espaço de comunicação comunitária, também um lugar de educação popular comunitária. Essas ações possibilitam que os sujeitos se mobilizem para a transformação de sua própria realidade. que a educação popular é uma educação cíclica, contínua, que não se encerra. Ela volta-se aos setores populares no cotidiano, buscando problematizar de forma científica e crítica a realidade dos cotidianos que muitas vezes é naturalizado.

O neoliberalismo como balizador da educação pública brasileira

A unidade de significado com maior número de pesquisas é o “Neoliberalismo na educação”. O avanço do neoliberalismo na educação pública é um projeto multifacetado que alinha os interesses do mercado com a educação e reconfigura o papel do Estado. Nesse sentido, cumpre tratarmos que os autores: Castro (2018), Knopker (2018), Montano (2018), Neto (2019), Neves (2019), Deitos (2019), Vieira (2019), Santos (2019), Lima Filho (2019), Viegas (2019), Avila (2020), Nogueira (2021), Bruini (2021), Geisler (2022), Canizelli (2023), Santos (2023), Pereira (2023), Duarte (2023), Herdade (2023), Fiera (2019), Montano e Pires (2019), Martins, Souza e

Pina (2020), Buttenbender, Ribeiro, Allebrandt, Mueller e Brizolla (2022) e Faria Filho e Valle (2024), abordaram a unidade de significado “neoliberalismo na educação” e dividiremos por eixos temáticos com as principais convergências teóricas. Posteriormente identificamos que a unidade de significado “educação em tempo integral” com a autora Souza (2019), demonstrou convergência com as premissas do neoliberalismo, portanto, achamos pertinente incluir a pesquisa nessa unidade.

O eixo da “Privatização da educação pública por meio das parcerias entre Estado, OSC e Setor privado”, encontra-se os autores Castro (2018), Montano (2018), Nogueira (2021), Pereira (2023), Canizelli (2023), Fiera (2019), Montano e Pires (2019), Martins, Souza e Pina (2020), Buttenbender, Ribeiro, Allebrandt, Mueller e Brizolla (2022) e Faria Filho e Valle (2024) que evidenciam que o neoliberalismo não se expressa apenas pela transferência direta da educação pública para o setor privado, mas também por mecanismos mais sutis, como as parcerias público-privadas, a atuação do terceiro setor, a compra de sistemas de ensino, a presença de organismos multilaterais e a adoção de modelos gerenciais na administração educacional. Castro (2018) aponta que “a inclusão de organizações da sociedade civil como atores das ações públicas educacionais compõem um engendramento social e educacional maior e mais complexo, portanto não ocorre de forma neutra” (p.22). Os autores ressaltam que a parceria, parte de um movimento mais amplo de redefinição das fronteiras entre o público e o privado na política educacional que tem como prioridade os interesses privados em detrimento da qualidade da educação oferecida à população.

Outro destaque é que essas parcerias têm uma lógica de financiamento que se alinha ao neoliberalismo e não visam a melhoria da qualidade do ensino, mas sim a transferência de responsabilidade do poder público para o setor privado. Com a justificativa de otimizar recursos e melhorar a eficiência, o Estado se exime de suas responsabilidades e permite que a iniciativa privada se aproprie do setor educacional. O processo de privatização na América latina e Caribe tem levado a fragilização dos sistemas públicos educativos, evidenciada pela desvalorização do corpo docente e pelo baixo financiamento público.

Diferentemente de outros estudos desta unidade, que problematizam as parcerias público-privadas como expressão da racionalidade neoliberal e como mecanismo de

transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado ou para o terceiro setor, Buitendijk, Ribeiro, Allebrandt, Mueller e Brizolla (2022) apresentam uma leitura mais positiva dessas parcerias. Foram analisados documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e com isso, ressaltam que a PPP feita através da execução das políticas públicas pelas organizações do terceiro setor refletiram positivamente nos indicadores sociais, mostrando melhoras nas áreas da educação, saúde e assistência social e também refletindo no crescimento da economia, conforme comprova-se pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Compreendemos que essa posição pode ser compreendida, em parte, pelo lugar institucional dos autores, vinculados a instituições privadas, o que contribui para uma leitura mais favorável da participação das OSCs na execução de políticas públicas. Ainda assim, essa perspectiva é relevante para o estado da arte, pois evidencia que o debate sobre neoliberalismo na educação não é homogêneo, sendo permeado por diferentes interpretações sobre o papel do Estado, do mercado e da sociedade civil.

O eixo “O empresariamento da educação e a construção da hegemonia empresarial nas políticas públicas”, destaca-se as pesquisas de Deitos (2019), Vieira (2019), Bruini (2021), Santos (2023) e Herdade (2023), que ressaltam que a formação da hegemonia empresarial aconteceu com o próprio desenvolvimento do Estado Burguês no Brasil. No campo educacional, essa consolidação ganha expressividade nas décadas de 1990 e 2000. Com a criação do “Todos pela Educação” em 2006, essa organização faz com que os interesses particulares de frações da classe dominante ultrapassem o campo econômico de atuação, dirigindo e dominando as políticas educacionais. A atuação dos aparelhos privados de hegemonia na educação pública busca a desresponsabilização do Estado e a privatização de políticas públicas, apresentando-se como uma “solução” para os problemas sociais. Outro ponto é o da lógica empresarial na rede pública de ensino, sob o discurso de “gestão de resultados” e a subordinação da educação aos interesses do mercado. Os autores também discutem sobre a atuação desses órgãos nas políticas de formação continuada docente, no qual atuam no sentido do empresariamento da educação pública buscando constituir docentes para o capital com o enfoque nas competências e eficácia gerencial.

O eixo “A formação docente com a lógica neoliberal”, destacamos as pesquisas de Knopker (2018), Santos (2019), Lima Filho (2019) e Viegas (2019) que Knopker (2018) destaca:

As mudanças conectadas à racionalidade neoliberal referentes ao papel do Estado no desenvolvimento de políticas de cunho social — como é o caso da educação —, possibilitaram que se instaurasse certa flexibilização em relação a quais instituições poderiam atuar como formadoras de professores na atualidade. Com isso, diferentes organizações da sociedade civil sem fins lucrativos ingressaram no nicho da formação de professores, colocando em prática uma pedagogia a qual denomino de híbrida por resultar da combinação de características das pedagogias escolares e daquelas nomeadas como pedagogias culturais (Knopker, 2018, p.21).

Outra questão é que as políticas de formação continuada dos professores se alinham aos interesses do setor privado. O resultado dessa financeirização da educação é a desvalorização do trabalho docente, intensificação do trabalho e a perda de autonomia pedagógica. “A parceria público-privada prejudica o processo democrático como um processo que tem disputas entre os sujeitos envolvidos, desconsiderando a realidade de cada localidade” (Filho, 2019, p.105). Os autores ressaltam o caráter mercadológico das relações público privadas nas formações de professores nos municípios brasileiros, sendo:

as ações de formação continuada de professores advindas do setor privado-empresarial têm se orientado pelo caminho da padronização do desempenho, pautado pela meritocracia dimensionada pela bonificação, premiação, certificação como processo natural a ser adotado” (Viegas, 2019, p.270).

As parcerias público-privadas na educação, no âmbito da formação continuada, contribuem para a precarização do trabalho docente, no qual buscam cumprir metas de desempenho que estão alinhadas aos interesses do setor privado.

O eixo das “Políticas curriculares e à produção de subjetividades escolares” centra-se os autores Neves (2019), Avila (2020), Geisler (2022) e Duarte (2023) que analisam como as reformas curriculares contemporâneas, integram a ideologia do empreendedorismo à formação dos jovens. Nesse sentido, a partir dos anos 1990, a escola pública passou a ser governada não só pelo Estado, mas também por OSCs, que passam a influenciar finalidades, conteúdos e formas de gestão do ensino. Um exemplo é a análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que revelou a atuação dessas forças na sociedade civil na delimitação dos objetivos da educação pública. A educação pública passa a formar um aluno que deve responder às demandas da economia. “O

reposicionamento das forças governamentais e da sociedade civil aconteceu simultaneamente com o discurso da educação integral no campo da educação”(Neves, 2019. p.103). A ausência do Estado na efetivação das políticas de Educação Integral fez com que as instituições filantrópicas adentrassem na educação pública. Nesse contexto, as políticas curriculares são projetadas por uma "hegemonia variável” que segue uma lógica de empregabilidade e busca criar uma identidade globalizadora, legitimando o desenvolvimento econômico. Um dos pontos de resistência dessas políticas que os autores destacaram é a mobilização de professores e alunos por meio de greves e ocupações de escolas, sendo indispensável para resistir e até mesmo obstruir em alguns casos a implementação de políticas educacionais neoliberais.

Souza (2019) contribui com a unidade de significado “Educação em Tempo Integral” e dividimos no eixo “A educação em tempo integral alinhada aos interesses de mercado”, com isso, Souza (2019), destaca que a Educação em Tempo Integral, muitas vezes norteadas por um viés assistencialista e compensatório, amplia as funções da escola mesmo sem as condições materiais necessárias ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizado. Traz ainda, uma estratégia que ocorre em governos neoliberais, atendendo aos interesses do capital. Portanto, a política de educação em tempo integral da forma como foi amplificada, não se configura como um direito social, mas sim como uma maneira de atender a lógica do mercado e do capital.

Considerações finais

O levantamento da produção do conhecimento em periódicos científicos, dissertações e teses sobre a educação não formal e educação popular num contexto marcado pelo avanço das políticas neoliberais na educação pública brasileira foi o objetivo deste artigo. Nesse sentido, observa-se um número expressivo de pesquisas na unidade de significado “neoliberalismo na educação” com um total de 24 pesquisas entre teses/dissertações e periódicos. Na unidade de significado da “Educação não Formal”, identificamos 20 pesquisas, na unidade de significado da “Educação Popular” obteve-se 02 pesquisas e na unidade de significado “Educação em Tempo Integral” encontramos apenas 01 pesquisa. Esses resultados demonstram que existe uma lacuna

nos estudos da educação popular no Brasil e sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pelos educadores populares que atuam nos projetos de educação não formal.

Identificamos que o neoliberalismo se estabelece sob diferentes formas na educação pública, seja por meio das parcerias público privadas, pela privatização de vários projetos/programas no contraturno escolar, pela gestão da formação continuada dos docentes e pela lógica de competitividade atrelado ao trabalho dos professores, contribuindo com a precarização.

A educação não formal aparece como um campo plural, dinâmico e com diferentes tempos e espaços de aprendizagem. Ela contribui com a participação política dos estudantes, possibilitando a valorização do saber local. Em contextos de vulnerabilidade social ela pode representar potência para os sujeitos que participam, proporcionando a valorização cultural seja por meio de atividades como capoeira, hip hop, rap, poesia e demais manifestações culturais. Há também uma atenção para o trabalho dos educadores populares que em muitos espaços atuam como voluntários em ONGs, instituições governamentais e filantrópicas, com contratos de trabalho temporário, acarretando em uma fragilidade e precarização de seus trabalhos.

A educação popular revela-se como espaço de resistência e emancipação da própria realidade dos sujeitos. No entanto, houveram poucas pesquisas que trouxeram como ocorre o fazer pedagógico dos educadores populares nesses espaços e os desafios que os mesmos enfrentam. Nesse sentido, evidencia-se a importância de estudos pensando não somente no macro (como a política e o financiamento), mas também no micro (o fazer pedagógico dos educadores que atuam nesses projetos e os desafios enfrentados).

Por fim, a unidade de significado “Educação em Tempo Integral” demonstrou que ela tem se alinhado à lógica do mercado, por meio de um viés assistencialista e compensatório, não estando ligada a uma educação integral.

No entanto, identifica-se que apesar dos projetos de educação não formal estarem inseridos em estruturas marcadas pela lógica neoliberal, o papel dos educadores populares é de fundamental importância, por aproximar os saberes locais, valorizar o território, a cultura dos bairros enquanto espaços educativos, possibilitando a formação integral dos estudantes e o enfrentamento das estruturas opressoras.

Referências bibliográficas

ACCORSSI, Aline; SCHWENGBER, Daiana; BAMBERG, Carla Luisa Frey. Educadores sociais como agentes de transformação: reflexões a partir de um centro social localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 186–208, 2019. <<https://doi.org/10.14393/rep-v18n22019-46853>>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/46853> Acesso em: ago. 2025.

ALMEIDA, Cíntia Borges de; LIMA, Gisele Rafael de. ONGs: prática cidadã ou omissão de um Estado regulador? *Revista Periferia*, 11(1), 240–259, 2019. <<https://doi.org/10.12957/periferia.2019.34455>> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/34455> Acesso em: ago. 2025.

AVILA, Carolina Machado. *Governança filantrópica nas redes estaduais de ensino: a sociedade civil organizada e a política de educação integral*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10162868. Acesso em: ago. 2025.

BARBOSA, Manoel Augusto Polastreli; GARCIA JÚNIOR, Pedro José; FREITAS, Rafael Almeida de. Contribuições da educação não formal em espaços não formais para a educação básica na percepção de professores. *REVES - Revista Relações Sociais*, 4(1), 16001–16015, 2020. <<https://doi.org/10.18540/revesv4iss1pp16001-16015>>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/11708> Acesso em: ago. 2025.

BARI, Mamadu Mustafab. *Associação de bairro como um espaço de formação político-educativa para jovens guineenses*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12949297. Disponível em: Acesso em: ago. 2025.

BENDRATH, Eduard Angelo. *A educação não-formal a partir dos relatórios da UNESCO*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/72e48901-43ee-417c-b5d2-ad5b84ccce3e>. Disponível em: Acesso em: ago. 2025.

BENDRATH, Eduard Angelo. O papel da UNESCO na definição de diretrizes para a educação não-formal. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e 768986217, 2020. <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6217>>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6217> Acesso em: ago. 2025.

BORBA, Rubyane Gonçalves; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa; MARINHO, Priscilla Karla da Silva; MACIEL, Michelle Cristina Rufino. Mercado, protagonismo e cidadania: marcas sociais como exercício e prática de educação não-formal. *Textura - Revista de Educação e Letras*, v. 23, n. 55, p. 84-105, jul./set. 2021. <<https://doi.org/10.29327/227811.23.55-4>>. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/6366> Acesso em: ago. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular?* São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRUINI, Eliane da Costa. *Programa Educação Compromisso de São Paulo: lógica empresarial na rede pública paulista*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação, Estado e Trabalho) — Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11338183. Acesso em: ago. 2025.

BUTTENBENDER, Pedro Luís; RIBEIRO, Leonardo Coelho; ALLEBRANDT, Sérgio Luís; MUELLER, Airtton Adelar; BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin. Políticas públicas, terceiro setor e suas contribuições sociais e econômicas na execução de projetos. *REDES - Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, 2022. <<https://doi.org/10.17058/redes.v27i1.17172>>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/17172>. Acesso em: ago. 2025.

CANIZELLI, Adriana Talita Gomes. *Políticas de Estado versus políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos de 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino de Sorocaba/SP*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13728726. Acesso em: ago. 2025.

CASTRO, Eduardo Bernardes de. *Estado e “organizações da sociedade civil” : marcas-d’água sob convênios da educação pública do estado do Paraná (2011 a 2016)*. 2018. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/10975>. Acesso em: ago. 2025.

Castro, Fernanda Santana Rabello de. (2015). Há sentido na Educação Não Formal na perspectiva da Formação Integral?. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 8, p. 171-184, 2015. <<https://doi.org/10.26512/museologia.v4i8.17166>>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17166> Acesso em: ago. 2025.

CASTRO, Maickelly Backes de. *As possibilidades e limitações da construção pedagógica da educação popular na escola pública*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10963516. Acesso em: ago. 2025.

COUTO, Eliseu Pereira. *Pelos sons do Arcanjo Menestrel: culturas populares e educações no movimento da cantoria de São Gabriel*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11266900. Acesso em: ago. 2025.

DEITOS, Juliano Marcelino. *A hegemonia empresarial na educação brasileira: uma análise do Movimento Todos Pela Educação*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_41f027c49d81132eaa96eedc86db2039. Acesso em: ago. 2025.

DUARTE, Luciano Rodrigues. *Juventude(s), itinerários formativos e projetos de vida: entre reformas e textos/documentos curriculares do Ensino Médio brasileiro (1990–2018)*. 2023. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14776477. Acesso em: ago. 2025.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VALLE, Ione Ribeiro. Entrevista com o professor Luiz Antônio Cunha. *Revista Tópicos Educacionais*, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 357-369, 2024. <<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263900>>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/topicoseducacionais/article/view/263900>. Acesso em: ago. 2025.

FIERA, Letícia. As teias de interesses e influências nas redes de políticas educativas na América Latina e Caribe. *Revista Roteiro*, 2019. <<https://doi.org/10.18593/r.v44i3.20932>>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/20932>. Acesso em: ago. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GEISLER, Liliane. *A mercadologização da educação e as funções da escola contemporânea: processos e práticas de governo nos cadernos do Novo Ensino Médio do estado de Santa Catarina (Brasil)*. 2022. Tese (Doutorado em Políticas para Educação Básica e Superior) — Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, 2022. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/>

trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13476328. Acesso em: ago. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1. 2006. **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 06 fev. 2024

GROPPO, Luís Antonio; GOUSSAIN, Enzo; SANTOS, Michel Felipe Correia dos. Dimensões educativas não formais e informais das práticas culturais juvenis na cidade. *Revista Inter-Ação*, 2016. <<https://doi.org/10.5216/ia.v41i2.40704>> Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/40704>. Acesso em: ago. 2025.

HERDADE, Livia Vitória Cavadas. *Teias neoliberais na educação brasileira: a modelagem comportamental nas políticas educacionais do Todos pela Educação*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14159653. Acesso em: ago. 2025.

KNOPKER, Monica. *Fazendo o neoliberalismo funcionar “dentro de nós”: um estudo sobre a atuação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos na forma(ta)ção docente*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_f6fbd1a5620615168875319e15e759ab. Acesso em: ago. 2025.

LIMA FILHO, Adelman Alcântara. *Parceria público-privada na educação: implicações da formação continuada no trabalho docente*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9032748. Acesso em: ago. 2025.

SOUZA, Taís Lopes de. *Agência de Notícias das Favelas e educação popular comunitária: juventudes entre a desigualdade e o protagonismo*. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12740058. Acesso em: ago. 2025.

MACHADO, Maria Elisabete; FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Diálogos em roda: contribuições para a formação de educadores e educandos na educação formal e não formal. *Educação por Escrito*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 54-65, jan.-jun., 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/28056/16983>. Acesso em: ago. 2025.

MARTINS, André Silva; SOUZA, Camila Azevedo; PINA, Leonardo Docena. Empresas sociais e a privatização de novo tipo da educação básica: um estudo sobre a relação público-privada em cidades de Minas Gerais-Brasil. *Education Policy Analysis Archives*, 2020. <<https://doi.org/10.14507/epaa.28.5546>> Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5546> . Acesso em: ago. 2025.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis — o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 41-59.

MEIRA, Andrea Carla Guimarães de. *A educação não formal e a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin – Realeza/PR*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, 2016. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4201862. Acesso em: ago. 2025.

MENEZES, Maria Cecília Kerches de. *Processos educativos e emancipação: a visão dos educadores sociais sobre suas práticas*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/adbebb3c-1e8a-4a57-93ae-b39833b84cac>. Acesso em: ago. 2025.

MIZAEL, Naiade Cristina de Oliveira. *A educação não-formal para as relações étnico-raciais através das políticas de cultura na cidade de Ituiutaba-MG*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20771>. Acesso em: ago. 2025.

MONTANO, Monique Robain. *A parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189580> . Acesso em: ago. 2025.

MONTANO, Monique Robain; PIRES, Daniela de Oliveira. O marco regulatório do terceiro setor: a oferta da educação infantil no município de Porto Alegre. *Revista Práxis Educacional*, 2019. <<https://doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4656>> Disponível

em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4656>. Acesso em: ago. 2025.

MOROSINI, Marília Costa. *Estado de conhecimento e questões do campo científico*. Educação, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. <<https://doi.org/10.5902/1984644415822>> Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822> Acesso em: ago. 2025.

NEVES, Marianne Blecker. *O governo do aluno: uma cartografia das subjetividades no aparato político-jurídico educacional brasileiro*. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura, Filosofia e História da Educação) — Universidade de São Paulo, USP, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21102020-165855/>. Acesso em: ago. 2025.

NOGUEIRA, Davi Ferreira. *A mercantilização da educação pública: a OSCIP “Parceiros da Educação”*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal Fluminense, UFF, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11040080 . Acesso em: ago. 2025.

NORONHA, José Eduardo Gama. *Educação política, infâncias e juventudes: subjetivações calungas*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14182233. Acesso em: ago. 2025.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Políticas de educação não formal – A Recreação (1889-1961). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 14, n. 55, p. 168–179, 2014. <<https://doi.org/10.20396/rho.v14i55.8640468>>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640468> Acesso em: ago. 2025.

PEREIRA, Marcos Antonio Lima. *O financiamento no contexto das “parcerias” público-privadas com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs): repercussões no direito à educação infantil em Uberlândia – MG*. 2023. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14889612 . Acesso em: ago. 2025.

SANTOS, Karoline Cipriano dos. *Contraturno escolar em diferentes contextos para as infâncias: experiências educativas no PROJAE – Programa Jornada Ampliada Escolar no município de Criciúma*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, 2022. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/>

[viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13134291](#). Acesso em: ago. 2025.

SANTOS, Márcia Luzia dos. *Formação continuada na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: financeirização da educação básica e a (con)formação docente*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7860587. Acesso em: ago. 2025.

SANTOS, Vanessa Santana dos. *Atuação de aparelhos privados de hegemonia burgueses nas políticas de formação continuada docente: o Todos pela Educação (Brasil) e o Proyecto Educar 2050 (Argentina)*. 2023. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, USP, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14971310. Acesso em: ago. 2025.

SILVA, Erick Carlos da; MORILA, Ailton Pereira. Educação não formal e comunitária: um relato de experiência no Centro de Atendimento Psicossocial de São Mateus – ES. *Revista Kiri-Kerê*, 2022. <<https://doi.org/10.47456/krkr.v1i14.38960>>. Disponível em: Acesso em: ago. 2025.

SILVA, Thamiris Izidoro da; SILVA, Virgínia Renata Vilar da; BONA, Viviane de. A prática da capoeira em espaços de educação não formal: um diálogo com Paulo Freire. *Diversitas Journal*, 2021. <<https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i2-1416>>. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/kirikere/pt_BR/article/view/38960 Acesso em: ago. 2025.

SIMARDI NETO, Moacir. *Neoliberalismo e educação: a precarização do trabalho docente e da educação pública no Estado de São Paulo*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação, Comunidade e Movimentos Sociais) — Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8404587. Acesso em: ago. 2025.

SOUZA, Edileia Alves Mendes. *Educação em tempo integral: uma análise das implicações da política de ampliação da jornada escolar na Rede Estadual de Montes Claros/MG 2011-2014*. 2019. Tese (Doutorado em Estado, Políticas e Gestão da Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7977657. Acesso em: ago. 2025.

TOLEDO, Mayra Almeida. *Pedagogia de projetos: processos formativos na parceria entre a educação formal e não-formal*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2019. Disponível em: <https://sucupira->

legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8768416. Acesso em: ago. 2025.

VIEGAS, Elis Regina dos Santos. *O mercado da formação continuada no Brasil: a presença do empresariamento social privado*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7727423. Acesso em: ago. 2025.

VIEIRA, Nívea Silva. *A hegemonia do capital financeiro na educação brasileira: a atuação do Itaú Unibanco na política educacional*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7629983. Acesso em: ago. 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

KAMYLLA RAULINO DA SILVA KREMER
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9001-1883>
<supervisorakamylla.hmz@gmail.com>

Conceptualization

Data curation

Formal analysis

Funding acquisition

Investigation

Methodology

Project administration

Resources

Software

Supervision

Validation

Visualization

Writing – original draft

Writing – review & editing

VICTOR JULIERME SANTOS DA CONCEIÇÃO
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4026-1040>

<victorjulierme@gmail.com>

Conceptualization

Data curation

Formal analysis

Funding acquisition

Investigation

Methodology

Project administration

Resources

Software

Supervision

Validation

Visualization

Writing – original draft

Writing – review & editing

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram que não possuem quaisquer conflitos de interesses, financeiros ou não financeiros, que possam ter influenciado a condução da pesquisa, a análise e interpretação dos dados, a redação do manuscrito ou a decisão de publicação. Os autores também declaram não possuir relações pessoais, profissionais, institucionais ou outras circunstâncias que possam interferir, ou ser razoavelmente percebidas como interferindo, na apresentação integral e objetiva dos resultados e conclusões deste trabalho. A presente declaração é apresentada em consonância com as recomendações do Committee on Publication Ethics (COPE), segundo as quais conflitos ou interesses concorrentes podem ser financeiros ou não financeiros, profissionais ou pessoais, e devem ser transparentemente declarados.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito, por tanto de livre acesso ao leitor e editor.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi utilizado nenhum tipo de plataforma de inteligência artificial para a coleta de dados, processo analítico e produção do manuscrito final.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.